

PEC define medidas para cumprimento da 'regra de ouro'

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

O deputado Pedro Paulo (DEM-RJ) apresentou proposta de emenda constitucional (PEC) que obriga os governos federal e estaduais a adotarem duras medidas para o cumprimento da chamada "regra de ouro" das finanças públicas, que proíbe a realização de operações de crédito em montante superior às despesas de capital, ou seja, aos investimentos.

A PEC exige que seja aprovada lei disciplinando o auxílio-moradia, concedido aos juízes, suspende o pagamento do abono salarial e o repasse de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ao BNDES, se a "regra de ouro" não estiver sendo cumprida.

Além disso, cria alíquota previdenciária suplementar de três pontos percentuais para os servidores, repassa 10% da arrecadação do Sistema S (tributos que incidem sobre a folha de salários) para a União, permite que a dívida

ativa seja securitizada e determina a revisão, no prazo de três anos, de todos os benefícios tributários, financeiros e creditícios, exceto aqueles com prazos específicos. Novos benefícios com prazo superior a quatro anos terão que ser aprovados por maioria absoluta do Congresso.

No início do ano, o deputado Pedro Paulo recebeu a incumbência do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de realizar estudos para a apresentação de uma proposta que permitisse o cumprimento da "regra de ouro" e o reequilíbrio das finanças públicas. Os trabalhos foram interrompidos depois que o presidente Michel Temer decidiu que não mexeria no dispositivo constitucional. Nas últimas semanas, o parlamentar retomou os estudos, em conjunto com a Consultoria de Orçamento da Câmara, e apresentou ontem a PEC 423/2018.

Ao Valor, Pedro Paulo disse que "não combinou" com Maia a apresentação da PEC neste

momento e que ela é "uma iniciativa pessoal". Embora a PEC não possa ser aprovada agora por causa da intervenção federal na área de segurança do Rio, o parlamentar disse que ela pode ser discutida e, se houver entendimento, votada após a suspensão da intervenção.

A PEC partiu da constatação de que existe um "desequilíbrio estrutural" hoje entre receitas e despesas do setor público, que obriga os governos a se financiarem com novas dívidas. Para o deputado, a medida tradicional de controle fiscal por meio de contingenciamento "tornou-se ineficaz", já que não alcança as despesas obrigatórias. A proposta do parlamentar carioca, que contou com a assinatura de 172 deputados, prevê o controle das despesas obrigatórias e das renúncias de receitas. Para isso, a PEC veta a aprovação de lei ou ato que resulte em aumento da despesa com pessoal, bem como aumento de vantagem, auxílio, bônus ou benefício de qualquer natureza que tenha parcela a ser efetivada nos 180 dias antes do fim do mandato do titular





do respectivo Poder ou órgão, ou em período posterior.

Lei específica terá que estabelecer o pagamento de abono, auxílio, adicional, diária, ajuda de custo e quaisquer outras parcelas de natureza indenizatória, de acordo com a PEC. Assim, o atual auxílio-moradia pago aos juízes, por exemplo, terá que ser regulamentado por lei específica.

A proposta veta a extensão de vantagem ou pagamento de qualquer natureza, inclusive indenizatória, exclusivamente com base em interpretação administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado. A PEC veta a concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza financeira, tributária ou creditícia por prazo indeterminado e exige a aprovação por maioria absoluta para incentivos ou benefícios de prazo superior a quatro anos.

Além disso, a PEC prevê a adoção de uma série de medidas por estágios. Em um primeiro estágio, se apurado que no exercício anterior as operações de créditos ultrapassaram 95% do montante das despesas de capital, o chefe do Executivo apresentará planos de revisão das despesas, explicitando medidas para sua racionalização, e de melhoria da arrecadação.

Em um segundo estágio, se no

exercício financeiro anterior as operações de crédito excederam o montante das despesas de capital, ficará suspenso o repasse de recursos do FAT ao BNDES e a jornada de trabalho dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional poderá ser reduzida, por até 12 meses, com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

Além disso, os gastos oficiais com publicidade e propaganda serão reduzidos em 20%, em relação ao exercício anterior, os incentivos fiscais serão diminuídos em 10%, será cobrada uma contribuição previdenciária suplementar de 3% dos servidores ativos e inativos e 10% da receita do Sistema S será repassada para a União.

Em um terceiro estágio, caso a "regra de ouro" seja descumprida por três exercícios consecutivos, os governos estarão autorizados a demitir servidores estáveis, com o objetivo de reduzir as despesas com pessoal ao nível de 2016. A PEC prevê ainda que o chefe do Executivo se tornará inelegível por oito anos se, no último ano do mandato, as operações de crédito excederem as despesas de capital e se a relação percentual entre elas tenha crescido em comparação com o apurado no penúltimo ano.

Equipe econômica defende a manutenção da proposta elaborada pelo governo

Por Fábio Pupo | De Brasília

Mesmo com as críticas das consultorias de orçamento da Câmara e do Senado, membros do alto escalão da equipe econômica defendem manter a proposta criada pelo governo para o cumprimento da chamada "regra de ouro" das contas públicas em 2019.

Na visão da equipe, a proposta elaborada para o cumprimento da norma atende a Constituição Federal - diferente do que aponta análise das consultorias. Eles chamam atenção para o artigo 167 da Constituição, que veda operações de créditos acima do montante das despesas de capital "ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta".

A autorização do Congresso para os créditos adicionais é justamente o que o governo buscou ao inserir, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do ano que

vem, a previsão de uso dessa ferramenta. Com a PLDO aprovada pelo parlamentares, o governo ganharia, então, aval para inserir o mecanismo no passo seguinte: a proposta de Orçamento. Com as peças orçamentárias aprovadas, restaria apenas ao próximo presidente da República buscar, em 2019, a aprovação dos créditos no Congresso.

Os técnicos da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf, do Senado Federal) e da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof, da Câmara dos Deputados) contestam a solução, conforme já publicou o Valor. Para eles, as peças orçamentárias devem vir com a norma equacionada e os créditos adicionais só podem ser requeridos durante a execução do Orçamento - ou seja, no ano que vem. Por isso, chegam a dizer que o procedimento pode ser contestado no Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com os técnicos na nota, o governo busca com a PLDO aval para inserir no Projeto de Lei

Orçamentária Anual (PLOA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) o mecanismo que não seria admitido pela Constituição.

"[O] PLDO 2019 intenta possibilitar uma situação concreta (PLOA e LOA com montante de receitas de operações de crédito acima das despesas de capital) que não é admitida pela Constituição. O dispositivo tentaria ser, ao fim e ao cabo, uma espécie de autorização condicional prévia para que o PLOA contivesse excesso de operações de crédito em relação às despesas de capital".

Os técnicos mencionam ainda várias outras críticas, como uma possível "instabilidade política" no fato de o governo deixar para o próximo presidente da República a responsabilidade de buscar no Congresso a aprovação dos créditos especiais. Os técnicos ainda mencionam a falta de transparência para o cálculo dos anunciados R\$ 254,3 bilhões de "estouro" para o cumprimento da regra no ano que vem. "Não constam, na exposição de motivos que acompanha o PLDO





2019 ou em outro documento ao qual estas Consultorias tenham tido acesso, nem a metodologia de apuração nem a memória de cálculo do referido montante", dizem os técnicos.

Além disso, argumentam, o número exato da insuficiência para cumprir a "regra de ouro" em 2019 não está presente na PLDO - apenas em uma apresentação feita pela equipe econômica sobre a proposta. Sem o montante no texto, dizem os técnicos, o governo ganharia do Congresso uma "carta branca" para buscar o quanto quiser em créditos adicionais no ano que vem.

Os consultores sugerem uma série de alternativas ao governo, como elevar receitas correntes e corrigir eventuais erros na classificação econômica dessas

despesas. Mas reconhecem que, caso as ações sugeridas não tenham êxito, "não se identifica, dentro do presente ordenamento jurídico, alternativa incontestável" para o Orçamento.

Em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento na semana passada, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, defendeu a proposta do governo ao dizer que ela foi "exaustivamente" debatida com órgãos como o Tribunal de Contas da União e com os próprios técnicos do Congresso. Segundo ele, o governo entende que essa é a "melhor" proposta e a que dá mais segurança ao próximo presidente. Mesmo assim, deixou em aberto o espaço para eventuais ajustes. "Estamos abertos a construir outros caminhos", disse.

PIS pode animar atividade, dizem analistas

Por Estevão Taiar, Hugo Passarelli, Andrea Jubé e Carla Araújo | De São Paulo e Brasília

Em um momento em que a retomada da economia vem surpreendendo negativamente, a liberação dos recursos do PIS-Pasep anunciada ontem deve dar algum impulso à atividade. Para economistas ouvidos pelo Valor, a tendência é que o volume de recursos, a possibilidade de pessoas mais jovens realizarem saques e o menor endividamento das famílias em relação a 2017 tenham um impacto sobre o consumo.

Os analistas evitam fazer estimativas mais exatas sobre qual pode ser o impacto sobre o Produto Interno Bruto (PIB), mas veem a medida como positiva. "Se replicar o padrão do ano passado, deve haver sim efeito positivo sobre a atividade. É expansão de demanda", afirma Rafael Leão, economista-chefe da Parallaxis.

"Hoje a gente tem um quadro até

melhor do que no ano passado", diz Bruno Lavieri, economista da 4E Consultoria.

"As famílias estão menos endividadas, o mercado de trabalho, apesar de estar piorando relativamente, está melhor do que em 2017, e os juros estão caindo", concorda Paulo Robilloti, da LCA Consultores. Em função de todos esses fatores, a liberação de recursos tem ainda mais potencial para se traduzir em consumo do que os saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) realizados no ano passado, segundo Robilloti.

"Dá para comparar o que pode acontecer com o FGTS", afirma também Leão, da Parallaxis. De acordo com ele, se não fossem as contas inativas do FGTS e a safra agrícola recorde, "o PIB não teria nem crescido nem o 1%" que foi registrado.

Os economistas lembram que, passados os efeitos mais diretos do FGTS, o consumo das famílias voltou a decepcionar no último trimestre de

2017. "A liberação dos recursos foi consumo na veia", diz Leão, da Parallaxis.

Agora, a tendência é que os bens que sejam mais beneficiados pela medida são aqueles cuja compra é mais ligada à renda e menos ao crédito, justamente os que vêm apresentando desempenho abaixo do esperado nos últimos meses.

A ampliação dos saques do PIS-Pasep aos cotistas de todas as idades que trabalharam entre 1971 e 1988 foi feita ontem pelo governo federal. Cálculos do Ministério do Planejamento indicam que estarão disponíveis R\$ 39,3 bilhões aos trabalhadores, com impacto potencial no PIB de 0,55 pontos percentuais.

Há meses, o presidente Michel Temer encomendou à equipe econômica um pacote que animasse os brasileiros e, ao mesmo tempo, movimentasse a economia, nos moldes da liberação dos saques das contas inativas do FGTS. No ano passado, a bondade viabilizou a





injeção de R\$ 44 bilhões na economia.

Até agora, apenas quem era aposentado, portador de doença grave ou tinha mais de 60 anos podia sacar os recursos.

O governo estima que R\$ 34,3 bilhões estejam disponíveis na Caixa Econômica Federal (PIS) e no Banco do Brasil (Pasep). Desse total, ao menos R\$ 5 bilhões devem ser injetados na economia até setembro, pois representam a fatia de cotistas que possuem conta corrente em ambos os bancos e receberão os depósitos automaticamente. Já os não correntistas terão de se dirigir às agências.

Somente a Caixa conta com 13,6 milhões de cotistas com menos de 60 anos, e o Banco do Brasil com 2,4 milhões. Os saques estão liberados

a partir de 18 de junho até o fim do mês, mas haverá uma interrupção em julho. Em seguida, serão retomados a partir de 14 de agosto até 28 de setembro. Após essa data, os desembolsos voltam a ser permitidos apenas nos casos habituais.

Ontem o presidente do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli, recomendou aos beneficiados que deixem para sacar os seus benefícios em agosto para receber o reajuste relacionado ao exercício 2017-2018. "Quem pode aguardar, faça isso, para que não perca o reajuste, pago no fim de junho", alertou em entrevista coletiva no Palácio do Planalto. Segundo Caffarelli, o percentual pago no ano passado foi de 8%.

Amargando uma baixa popularidade, o presidente Michel Temer lembrou o efeito positivo para a economia da liberação das contas

inativas do FGTS no ano passado, e fez um apelo pela ampla divulgação da permissão dos saques, agora, das contas relativas ao PIS-Pasep do período de 1971 a 1988.

"É preciso difundir pelas redes sociais, quem sabe fazer alguns anúncios pela televisão, por meio dos principais jornais, para chamar a todos", disse Temer. "Estou seguro que essa medida será muito bem recebida pelas famílias brasileiras, que poderão pagar dívidas ou levar adiante um projeto, realizar reformas".

Mesmo assim, os economistas são céticos com a possibilidade de que o impacto chegue aos 0,55 pontos percentuais do PIB. "Para que isso aconteça, todo o dinheiro teria que ser sacado e consumido, o que é uma hipótese bem irrealista", afirma Lavieri, da 4E.

Sem metas, auditores do trabalho receberam R\$ 254 mi em bônus

À espera de regulamento que crie indicadores e metas de produtividade, o bônus dos auditores-fiscais do Ministério do Trabalho já custou mais de R\$ 250 milhões aos cofres públicos desde que foi criado.

A lei determina o pagamento de R\$ 3.000 por mês aos fiscais em atividade a título de “antecipação de cumprimento de metas” —que ainda não foram nem mesmo fixadas.

Criada por medida provisória no fim de 2016, a remuneração variável foi incorporada na legislação em julho de 2017 e incluiu aposentados e pensionistas no rol de beneficiados.

Caso tenham deixado a carreira há menos de 12 meses, os inativos têm direito ao valor integral, diz a lei. Os demais recebem um percentual que diminui à medida que aumenta o tempo de aposentadoria.

Não há ilegalidade na demora em adotar-se critérios, mas sim um vácuo legal, segundo Andrea Rossi, sócia do escritório Machado Meyer. “Esse desembolso antecipado trai o

objetivo da própria lei”, diz.

A regulamentação poderá determinar pagamentos superiores aos R\$ 3.000, uma vez que a norma não fixa limites.

A Constituição estabelece a paridade de vencimentos entre servidores ativos e inativos, diz Rossi. “Há julgados do STF) sobre outras leis de bônus que concluíram que essa regra se aplica também para os vencimentos variáveis.”

Os valores pagos aos inativos correspondem a 44% do total desembolsado desde a criação do programa.

O Ministério do Trabalho informou em nota que a regulamentação do bônus está em andamento e envolve também o Ministério do Planejamento e a Casa Civil.

A pasta também afirmou que não existe vinculação entre os valores das multas aplicadas pelos servidores e a remuneração variável.

Procurado, o Sinait (sindicato nacional da categoria) não se manifestou.

Governo amplia saque das contas do PIS/Pasep

Para tentar movimentar a economia, governo estendeu direito para trabalhadores com menos de 60 anos; medida pode liberar R\$ 39 bilhões

Fernando Nakagawa

Trabalhadores com menos de 60 anos poderão sacar recursos que estão parados na conta do PIS/Pasep. O anúncio foi feito ontem pelo presidente Michel Temer. A iniciativa de liberar o dinheiro, que havia começado no início do ano, tem potencial de injetar R\$ 39,3 bilhões na economia. A ação, porém, tem tido pouca adesão. A decisão beneficiará quem teve emprego formal entre 1971 e 1988 e o prazo para retirar o dinheiro termina em setembro.

Na mesma linha do modelo bem sucedido de liberação dos depósitos do FGTS, o governo ampliou a possibilidade de saque das contas do PIS/Pasep para todos os trabalhadores. Antes, só quem tinha mais de 60 anos poderia sacar os depósitos do programa criado em 1970 para aumentar a integração entre empregados e empresas.

Empregados da iniciativa privada tiveram o dinheiro depositado na Caixa Econômica Federal, enquanto servidores públicos foram direcionados ao Banco do Brasil. Segundo os bancos, há 13,6 milhões de contas de trabalhadores do setor privado com menos de 60 anos que têm R\$ 13,8 bilhões a receber. Os servidores com essa faixa etária têm 1,8 milhão de contas com R\$ 4,6 bilhões disponíveis. Na média, portanto, cada trabalhador tem quase R\$ 1,2 mil a receber.

Durante o anúncio no Palácio do Planalto, Temer exaltou a necessidade de uma ampla ação para divulgar o programa. “É para movimentar a economia e o saque vai injetar um valor precioso”, disse. “O trabalhador poderá pagar dívida, uma pequena reforma ou uma ideia adiada.” Na primeira fase da iniciativa havia R\$ 20 bilhões disponíveis, mas só R\$ 5 bilhões foram sacados.

O Ministério do Planejamento estima que a ação tem potencial para reforçar o Produto Interno Bruto (PIB) em até 0,55 ponto

porcentual, mas ninguém se comprometeu com números. “O impacto depende da procura. É importante que o trabalhador saiba que tem esse direito”, disse o secretário executivo do ministério, Gleisson Rubin. Saques.

A retirada poderá ser feita a partir da segunda-feira para quem tem mais de 57 anos, mas pode valer a pena esperar agosto para o saque. Isso porque as contas são remuneradas anualmente em julho. No ano passado, a remuneração ficou em 8,9%. Em julho, não será possível movimentar recursos porque ocorrerá a atualização das contas. Os saques voltam em 8 de agosto e serão encerrados em 28 de setembro.

Quem tiver mais de 60 anos poderá sacar normalmente, após essa data. O presidente do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli, sugere esperar para receber o dinheiro. “A remuneração de 2017/2018 será paga em julho. Para quem puder esperar, é importante que se espere agosto (para obter a remuneração anual).” Não há detalhes sobre a remuneração que será aplicada no próximo mês.





PERGUNTAS & RESPOSTAS

Quem pode sacar benefício

1.

O que o governo anunciou?

Ampliação do saque das contas do PIS/Pasep para trabalhadores de todas as idades. Antes, só tinham direito os que tinham mais de 60 anos

2.

Quem tem conta do PIS/Pasep?

Todos que tiveram emprego entre 1971 e 4 de outubro de 1988 e não sacaram o dinheiro – não há restrição no valor do salário (como ocorre no abono)

3.

Qual o número de beneficiados?

15,4 milhões de trabalhadores com idade abaixo de 60 anos; há R\$ 18,4 bilhões disponíveis (em média, cada trabalhador tem direito R\$ 1,2 mil, segundo o Ministério do Planejamento)

4.

Como verificar se há dinheiro disponível?

Trabalhadores do setor privado devem procurar a Caixa e servidores públicos, o Banco do Brasil

5.

Quais dados são necessários para consultar o saldo?

Apenas CPF e data de nascimento. É possível consultar no site de cada banco

6.

Como proceder se o trabalhador tiver falecido?

O procurador deve comparecer a uma agência da Caixa ou BB com todos os documentos

7.

Por que os saques são interrompidos em agosto?

Anualmente, as contas são remuneradas em agosto. Se o trabalhador esperar para sacar em setembro, receberá o rendimento. Se o fizer em julho, perde. Em 2017, o rendimento foi de 8,9%

8.

O que é PIS/Pasep?

Programa criado em 1970 que buscava integrar empregado com o desenvolvimento da empresa. O programa foi substituído pelo Fundo de Amparo do Trabalhador

9.

Calendário para saque

Saques podem ser feitos a partir de segunda-feira, para quem tem de 57 anos para cima.

De 30 de junho a 7 de agosto

Interrupção dos saques para correção anual de valores

Em 8 de agosto

Crédito automático para trabalhador com conta na Caixa ou no BB

De 14 de agosto a 28 de setembro

Trabalhadores com menos de 57 anos

**TIJOLO NO TORNOZELO
DO PAÍS**

O Ministério do Planejamento informa que os gastos com pessoal em 2017 somaram R\$172,02 bilhões. Entre janeiro e abril deste ano, foram gastos R\$54,07 bilhões em salários e benefícios a 1.276.253 pessoas.